

# ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Sumário</i> . . . . .	VII
<i>Apresentação da 39ª edição</i> . . . . .	IX
<i>Apresentação</i> . . . . .	XI
<b>Teoria Geral do Direito Processual Civil</b>	
<b>Parte I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS</b>	
<b>Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil</b>	
<b>§ 1º – Direito Processual Civil</b>	
1 – Noções gerais . . . . .	5
2 – Definição . . . . .	6
3 – Natureza . . . . .	6
4 – Relações com outros ramos do Direito . . . . .	7
5 – Objetivo . . . . .	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil . . . . .	8
<b>§ 2º – História do Direito Processual Civil</b>	
6 – Origens . . . . .	10
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia. . . . .	10
8 – O processo civil romano. . . . .	11
9 – Processo comum. . . . .	12
10 – O processo civil moderno (fase científica). . . . .	13
11 – Direito processual civil brasileiro . . . . .	14
12 – Regulamento nº 737 . . . . .	14
13 – Códigos estaduais . . . . .	15
14 – Códigos unitários. . . . .	15
15 – O novo código . . . . .	16
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil . . . . .	17
<b>§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil</b>	
16 – Noções gerais. . . . .	18
17 – Lei processual . . . . .	18
18 – A lei processual no tempo . . . . .	19
19 – A lei processual no espaço . . . . .	20
20 – Interpretação das leis processuais . . . . .	21
<b>§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual</b>	
21 – Noções gerais. . . . .	23
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal. . . . .	23

23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo . . . . .	24
24 – Princípio do contraditório . . . . .	25
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição. . . . .	26
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual. . . . .	26
27 – Princípio da verdade real. . . . .	27
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade. . . . .	27
29 – Princípio da publicidade . . . . .	28
30 – Princípio da economia processual . . . . .	29
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão . . . . .	29

## Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

### § 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica . . . . .	31
33 – Justiça privada e justiça pública . . . . .	31
34 – Jurisdição. . . . .	32
35 – Características da jurisdição . . . . .	34
36 – Imparcialidade e disponibilidade. . . . .	34
37 – Objetivo da jurisdição . . . . .	35
38 – Princípios fundamentais . . . . .	36
39 – Jurisdição civil . . . . .	36
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária. . . . .	37
41 – Substitutivos da jurisdição . . . . .	38
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva . . . . .	38

### § 6º – Processo

42 – Conceito . . . . .	41
43 – Processo e procedimento. . . . .	42
44 – Autonomia do processo . . . . .	43
45 – Espécies de processo . . . . .	43
46 – Funções do processo . . . . .	44
47 – Independência dos processos. . . . .	44
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas . . . . .	45
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência. . . . .	46
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória . . . . .	47

### § 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça . . . . .	48
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional. . . . .	48
50 – Autonomia do direito de ação . . . . .	49
51 – A evolução do conceito de ação . . . . .	49
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional. . . . .	51
52 – Condições da ação . . . . .	51
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação . . . . .	52
54 – Pressupostos processuais. . . . .	58
55 – Classificação das ações. . . . .	59
55-a – Ação e pretensão . . . . .	60
55-b – Ação e causa . . . . .	61
55-c – Elementos identificadores da causa . . . . .	62
56 – A defesa do réu. . . . .	63
57 – Espécies de resposta . . . . .	64

## Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

### § 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo . . . . .	65
--	----

59 – A relação processual . . . . .	66
60 – Classificação dos elementos do processo . . . . .	66
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais. . . . .	67
62 – Direitos processuais . . . . .	67
63 – Obrigações processuais. . . . .	67
64 – Deveres processuais . . . . .	67
65 – Ônus processuais . . . . .	68

## Parte II – SUJEITOS DO PROCESSO

### Capítulo IV – Partes e Procuradores

#### § 10 – Partes

66 – Partes . . . . .	71
67 – Nomenclatura . . . . .	72
68 – Substituição processual . . . . .	72
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso). . . . .	74
70 – Capacidade processual . . . . .	74
71 – Capacidade processual das pessoas casadas . . . . .	75
72 – Curatela especial . . . . .	77
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais . . . . .	77
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação . . . . .	79

#### § 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores

75 – Deveres. . . . .	80
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001. . . . .	80
76 – Responsabilidade das partes por dano processual . . . . .	82
76-a – Direitos. . . . .	83
76-b – Direito especial dos litigantes idosos . . . . .	83

#### § 12 – Despesas e Multas

77 – Ônus financeiro do processo . . . . .	84
78 – Antecipação das despesas . . . . .	84
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo . . . . .	85
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência . . . . .	86
81 – Sucumbência recíproca. . . . .	87
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais . . . . .	87
83 – Multas . . . . .	88
84 – Honorários de advogado . . . . .	88
85 – Cabimento dos honorários . . . . .	89
86 – Inoperância da sucumbência . . . . .	90
87 – Fixação dos honorários. . . . .	90
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários . . . . .	91
89 – Execução dos honorários. . . . .	92
90 – Assistência judiciária. . . . .	92

#### § 13 – Advogados

91 – Capacidade de postulação. . . . .	95
92 – O mandato judicial . . . . .	95

93 – Direitos e deveres . . . . .	96
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores	
94 – Substituição de parte . . . . .	98
95 – Substituição do advogado. . . . .	99
Capítulo V – Pluralidade de Partes	
§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes . . . . .	101
97 – Classificações . . . . .	101
98 – Espécies de litisconsórcio. . . . .	101
99 – Sistema do Código . . . . .	102
100 – Casos legais de litisconsórcio. . . . .	102
101 – Litisconsórcio necessário . . . . .	103
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação . . . . .	104
103 – Litisconsórcio facultativo recusável . . . . .	105
104 – Posição de cada litisconsorte no processo . . . . .	106
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais. . . . .	107
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito. . . . .	108
107 – Classificações . . . . .	108
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito. . . . .	110
109 – Competência . . . . .	111
110 – Procedimento . . . . .	111
111 – Julgamento da oposição. . . . .	112
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito. . . . .	114
113 – Pressuposto da nomeação à autoria. . . . .	114
114 – Procedimento . . . . .	114
114-a – Recurso . . . . .	115
§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito. . . . .	117
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano . . . . .	118
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide . . . . .	120
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide . . . . .	121
117 – Objetivo do incidente . . . . .	121
118 – Legitimação. . . . .	121
119 – Procedimento . . . . .	122
120 – Efeitos da denúnciação da lide . . . . .	123
120-a – Recursos . . . . .	124
121 – Denúnciações sucessivas . . . . .	125

## § 20 – Chamamento ao Processo

122 – Conceito . . . . .	128
123 – Casos de admissibilidade do incidente . . . . .	128
124 – Procedimento . . . . .	129
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor . . . . .	130

## § 21 – Assistência

125 – Conceito . . . . .	132
126 – Pressupostos da intervenção . . . . .	132
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial . . . . .	133
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial . . . . .	134
129 – Procedimento . . . . .	134
130 – Poderes e ônus processuais do assistente . . . . .	135
130-a – Assistência provocada . . . . .	136
130-b – O recurso de terceiro prejudicado . . . . .	136

## Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

## § 22 – O Ministério Público

131 – Conceito . . . . .	139
132 – Funções . . . . .	140
133 – Natureza . . . . .	140
134 – Ministério Público como parte . . . . .	141
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i> . . . . .	141
136 – Ausência do Ministério Público no processo . . . . .	142
137 – Órgãos do Ministério Público . . . . .	142
138 – Princípios e garantias . . . . .	143

## Capítulo VII – Juízes

## § 23 – Competência

139 – Conceito . . . . .	145
140 – Distribuição da competência . . . . .	146
141 – Classificação da competência . . . . .	146

## § 24 – Competência Internacional

142 – Noções gerais . . . . .	147
143 – Espécies de competência internacional . . . . .	147
144 – Competência concorrente e litispendência . . . . .	148

## § 25 – Competência Interna

145 – Noções gerais . . . . .	149
146 – Competência em matéria civil . . . . .	150
147 – Competência da Justiça Federal . . . . .	150
148 – Competência das Justiças Estaduais . . . . .	151

## § 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna

149 – Generalidades . . . . .	153
150 – Competência do foro e competência do Juiz . . . . .	154
151 – Divisão da competência do foro . . . . .	154
152 – Cumulatividade de juízos competentes . . . . .	154
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> . . . . .	155

## § 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria

154 – Competência em razão do valor da causa . . . . .	157
155 – Competência em razão da matéria . . . . .	157

## § 28 – Competência Funcional

156 – Conceito . . . . .	158
157 – Classificação . . . . .	158

## § 29 – Competência Territorial

158 – Conceito . . . . .	160
159 – Foro comum . . . . .	160
160 – Foros subsidiários ou supletivos . . . . .	161
161 – Foros especiais . . . . .	161
162 – Ações reais imobiliárias . . . . .	162
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência . . . . .	162
164 – Foro da União e dos Territórios Federais . . . . .	163
165 – Foros <i>ratione personae</i> . . . . .	164
166 – Foro das pessoas jurídicas . . . . .	165
166-a – Foro dos Estados e Municípios . . . . .	165
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações . . . . .	166
168 – Foro relativo à arbitragem . . . . .	166

## § 30 – Modificações da Competência

169 – Competência absoluta e competência relativa . . . . .	167
170 – Prorrogação de competência . . . . .	168
171 – Prorrogação legal . . . . .	168
172 – Efeito prático . . . . .	170
173 – Prevenção . . . . .	170
174 – Outros casos de prorrogação legal . . . . .	171
175 – Conexão entre ação penal e ação civil . . . . .	172
176 – Prorrogação voluntária . . . . .	173
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública . . . . .	174

## § 31 – Declaração de Incompetência

177 – Verificação de competência . . . . .	176
178 – Exceção de incompetência . . . . .	176
179 – Incompetência absoluta . . . . .	177

## § 32 – Conflito de Competência

180 – Noções gerais . . . . .	178
181 – Procedimento do conflito . . . . .	180
182 – Efeitos do conflito . . . . .	180

## Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

## § 33 – Organização Judiciária

183 – O Poder Judiciário Brasileiro . . . . .	183
184 – Duplo grau de jurisdição . . . . .	185

185 – Jurisdição extraordinária . . . . .	185
186 – Competência . . . . .	185
187 – Disciplina da magistratura . . . . .	186
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes . . . . .	187
189 – Requisitos de atuação do juiz . . . . .	187
190 – Garantias da magistratura . . . . .	188
191 – Poderes e deveres do juiz . . . . .	188
191-a – Atividade criativa do juiz . . . . .	190
192 – Responsabilidade do juiz . . . . .	191
193 – Garantia de imparcialidade do juiz . . . . .	191
194 – Casuísmo legal . . . . .	192
194-a – Juiz testemunha . . . . .	192
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido . . . . .	193
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo . . . . .	194
197 – Escrivão . . . . .	194
198 – Oficial de justiça . . . . .	195
199 – Perito . . . . .	196
200 – Depositário e administrador . . . . .	197
201 – Intérprete . . . . .	197
202 – Outros auxiliares eventuais . . . . .	198

### Parte III – ATOS PROCESSUAIS

#### Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

##### § 36 – Atos Processuais

203 – Conceito . . . . .	201
204 – Agentes . . . . .	202
205 – Atos do processo e atos do procedimento . . . . .	202
206 – Classificação dos atos processuais . . . . .	203
207 – Forma dos atos processuais . . . . .	204
208 – Publicidade . . . . .	205
209 – Meios de expressão . . . . .	205
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados . . . . .	206

##### § 37 – Atos da Parte

210 – Conceito e classificação . . . . .	207
211 – Eficácia dos atos das partes . . . . .	208
212 – Petições e autos suplementares . . . . .	208
213 – Cotas marginais e lineares nos autos . . . . .	208

##### § 38 – Atos do Juiz

214 – Atividade processual do juiz . . . . .	210
215 – Atos decisórios . . . . .	210
216 – Definições legais . . . . .	211
217 – Decisão interlocutória . . . . .	211
218 – Despachos . . . . .	212
219 – Sentença . . . . .	212

220 – Atos não decisórios . . . . .	213
221 – Forma dos atos decisórios . . . . .	214
§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais . . . . .	215
223 – Autuação . . . . .	216
224 – Termos processuais . . . . .	216
225 – Forma dos termos . . . . .	217

## Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo . . . . .	219
227 – Feriados e férias forenses . . . . .	220
228 – O lugar . . . . .	221
§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais . . . . .	223
230 – Classificação . . . . .	224
231 – Natureza dos prazos . . . . .	224
232 – O curso dos prazos . . . . .	225
233 – Contagem dos prazos: termo inicial . . . . .	226
234 – Prazos para recurso . . . . .	228
235 – Termo final . . . . .	229
236 – Preclusão . . . . .	229
237 – Prazos para as partes . . . . .	230
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares . . . . .	231
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública . . . . .	231
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários . . . . .	232
241 – Inobservância de prazo da parte . . . . .	232
242 – Inobservância dos prazos do juiz . . . . .	232

## Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual . . . . .	233
244 – Forma dos atos de comunicação . . . . .	233
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo . . . . .	234
246 – Requisitos das cartas . . . . .	234
247 – Cumprimento das cartas . . . . .	234
248 – Cartas urgentes . . . . .	235
249 – Custas nas cartas . . . . .	235
250 – Cartas rogatórias . . . . .	236
§ 43 – Citação	
251 – Conceito . . . . .	237
252 – Suprimento da citação . . . . .	237
253 – Destinatário da citação inicial . . . . .	238
254 – Local da citação . . . . .	239
255 – Impedimento legal de realização da citação . . . . .	239
256 – Modos de realizar a citação . . . . .	239
257 – Citação por oficial de justiça . . . . .	240
258 – Citação com hora certa . . . . .	241
259 – Citação pelo Correio . . . . .	242



260 – Citação por edital . . . . .	243
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital. . . . .	244
262 – Efeitos da citação . . . . .	245
263 – Prevenção . . . . .	245
264 – Litispendência. . . . .	245
265 – Litigiosidade . . . . .	246
266 – Mora . . . . .	246
267 – Prescrição . . . . .	246
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição. . . . .	246

#### § 44 – Intimações

269 – Conceito. . . . .	248
270 – Forma . . . . .	248
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça. . . . .	249
272 – Aperfeiçoamento da intimação . . . . .	250
273 – Intimação em audiência. . . . .	251
274 – Intimação por edital ou com hora certa. . . . .	252
275 – Efeitos da intimação . . . . .	252
275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público. . . . .	252

### Capítulo XII – Outros Atos Processuais

#### § 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa

276 – Noções introdutórias . . . . .	255
277 – Registro . . . . .	255
278 – Distribuição . . . . .	255
279 – Distribuição por dependência. . . . .	256
279-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 . . . . .	257
280 – Valor da causa . . . . .	257
281 – Impugnação ao valor da causa . . . . .	259

### Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

#### § 46 – Nulidade

282 – Conceito. . . . .	261
283 – Espécies de vícios do ato processual . . . . .	261
284 – Atos inexistentes . . . . .	262
284-a – Noção de nulidade . . . . .	262
285 – Atos absolutamente nulos. . . . .	263
286 – Atos relativamente nulos . . . . .	263
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual . . . . .	264
288 – Sistema de nulidade do Código. . . . .	264
289 – Nulidades cominadas pelo Código . . . . .	265
290 – Nulidades da citação e intimação. . . . .	266
291 – Arguição das nulidades . . . . .	266
292 – Momento da arguição. . . . .	266
293 – Decretação de nulidade . . . . .	267
294 – Efeitos da decretação . . . . .	267

### Parte IV – INSTAURAÇÃO, CRISE E FIM DO PROCESSO

### Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

#### § 47 – Introdução

295 – Noções gerais . . . . .	271
-------------------------------	-----

## § 48 – Formação do Processo

296 – O processo . . . . .	272
297 – Sujeitos da relação jurídica processual . . . . .	272
298 – Início do processo. . . . .	274
299 – Formação gradual da relação processual . . . . .	274
300 – Estabilização do processo. . . . .	275
301 – Alteração do pedido. . . . .	275
302 – Alterações subjetivas . . . . .	276

## § 49 – Suspensão do Processo

303 – Conceito. . . . .	277
304 – Os casos de suspensão do processo. . . . .	277
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual . . . . .	278
306 – Suspensão por convenção das partes . . . . .	279
307 – Suspensão em razão de exceção . . . . .	280
308 – Suspensão por prejudicialidade . . . . .	280
309 – Prejudicialidade e conexão . . . . .	281
310 – Suspensão por motivo de força maior . . . . .	282
311 – Outros casos legais de suspensão . . . . .	282
312 – Férias e suspensão do processo . . . . .	282

## § 50 – Extinção do Processo (I)

313 – Encerramento da relação processual . . . . .	284
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito . . . . .	284
315 – Indeferimento da inicial. . . . .	285
316 – Abandono da causa . . . . .	285
317 – Ausência de pressupostos processuais . . . . .	286
318 – Perempção . . . . .	287
319 – Litispendência e coisa julgada . . . . .	287
320 – Condições da ação . . . . .	288
321 – Convenção de arbitragem. . . . .	289
322 – Desistência da ação . . . . .	289
323 – Intransmissibilidade da ação . . . . .	290
324 – Confusão entre autor e réu . . . . .	291
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito . . . . .	291
326 – Iniciativa da extinção do processo . . . . .	291
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível . . . . .	292

## § 51 – Extinção do Processo (II)

327 – Extinção do processo com julgamento do mérito. . . . .	293
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido. . . . .	294
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu . . . . .	294
330 – Transação . . . . .	295
330-a – Retratação e rescisão de transação . . . . .	295
331 – Prescrição e decadência. . . . .	296
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação . . . . .	297
332 – Renúncia ao direito . . . . .	298

## Processo de Conhecimento

## Parte V – PROCESSO E PROCEDIMENTO

## Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

## § 52 – Processo e Procedimentos de Cognição

333 – Processo. . . . .	303
-------------------------	-----

334 – Procedimento . . . . .	303
335 – Procedimentos no processo de cognição . . . . .	304
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária . . . . .	305
337 – Esquema do procedimento ordinário . . . . .	305
338 – Fases do procedimento ordinário . . . . .	306
339 – Fase postulatória . . . . .	306
340 – Fase saneadora . . . . .	306
341 – Fase instrutória . . . . .	307
342 – Fase decisória . . . . .	307
342-a – Adequação do Procedimento . . . . .	307
§ 53 – Procedimento sumário	
343 – Causas de rito sumário . . . . .	310
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário. . . . .	311
344 – Outras causas de procedimento sumário . . . . .	313
345 – Indisponibilidade do rito sumário. . . . .	313
346 – O procedimento . . . . .	314
347 – A petição inicial e seu despacho . . . . .	315
348 – A citação e a resposta do réu . . . . .	316
349 – Audiência de conciliação . . . . .	317
349-a – Audiência de instrução e julgamento . . . . .	319
350 – Revelia . . . . .	319
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência . . . . .	320
352 – Direito intertemporal . . . . .	320

## Parte VI – PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

### Capítulo XVI – Fase de Postulação

#### § 54 – Petição Inicial

353 – Petição inicial . . . . .	325
354 – Requisitos da petição inicial . . . . .	326
355 – Despacho da petição inicial . . . . .	327
356 – Casos de indeferimento da petição inicial . . . . .	328
357 – Extensão do indeferimento . . . . .	329
358 – Efeitos do despacho da petição inicial . . . . .	330

#### § 55 – O Pedido

359 – Petição inicial . . . . .	331
360 – Pedido . . . . .	331
361 – Requisitos do pedido . . . . .	332
362 – Pedido concludente . . . . .	332
363 – Pedido genérico . . . . .	332
364 – Pedido cominatório . . . . .	333
365 – Pedido alternativo . . . . .	334
366 – Pedidos sucessivos . . . . .	334
367 – Pedido de prestações periódicas . . . . .	335
368 – Pedido de prestação indivisível . . . . .	335
369 – Pedidos cumulados . . . . .	335
370 – Espécies de cumulação de pedidos . . . . .	336
371 – Interpretação do pedido . . . . .	337
372 – Aditamento do pedido . . . . .	327
372-a – Modificação do pedido . . . . .	338
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento . . . . .	338

372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias . . . . .	341
372-d – A efetivação da tutela antecipada. . . . .	343
372-e – Tutela antecipada parcial . . . . .	344
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu . . . . .	346
374 – A resposta do réu . . . . .	346
375 – Espécies de defesa . . . . .	347
376 – Defesa processual . . . . .	347
377 – Defesa de mérito . . . . .	348
378 – Reconvenção . . . . .	349
379 – Síntese. . . . .	349
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito. . . . .	350
381 – Conteúdo e forma da contestação. . . . .	351
382 – Ônus da defesa especificada . . . . .	351
383 – Preliminares da contestação. . . . .	352
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares . . . . .	354
385 – Réplica ou impugnação do autor . . . . .	354
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito. . . . .	355
387 – Prazo . . . . .	356
388 – Efeito da exceção . . . . .	356
389 – Exceção de incompetência. Cabimento. . . . .	357
390 – Procedimento . . . . .	357
391 – Exceções de impedimento e de suspeição . . . . .	357
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito. . . . .	361
393 – Pressupostos da reconvenção . . . . .	361
394 – Procedimento . . . . .	364
394-a – Reconvenção sem contestação . . . . .	365
395 – Extinção do processo principal . . . . .	365
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia . . . . .	366
397 – Os efeitos da revelia . . . . .	366
398 – Alteração do pedido. . . . .	368
399 – Reconhecimento da procedência do pedido . . . . .	368

## Capítulo XVII – Fase de Saneamento

### § 61 – Providências Preliminares

400 – Conceito. . . . .	369
401 – Réplica do autor. . . . .	370
402 – Revelia e provas . . . . .	370
403 – Intervenção do Ministério Público . . . . .	371
404 – Ação declaratória incidental . . . . .	371
405 – Outras providências preliminares. . . . .	372

### § 62 – Julgamento Conforme o Estado do Processo

406 – Conceito. . . . .	373
407 – Extinção do processo . . . . .	373

408 – Julgamento antecipado da lide . . . . .	374
408-a – Audiência preliminar . . . . .	375
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador . . . . .	378
410 – Cabimento. . . . .	378
411 – Conteúdo . . . . .	379
412 – Efeito preclusivo . . . . .	379
413 – Formas do despacho saneador . . . . .	380

## Capítulo XVIII – Fase Probatória

### § 64 – A Prova

414 – Conceito. . . . .	381
415 – Características da prova. . . . .	382
416 – Objeto da prova . . . . .	382
417 – Finalidade e destinatário da prova . . . . .	383
418 – Valoração da prova . . . . .	384
419 – O sistema do Código . . . . .	385
420 – Poder de instrução do juiz . . . . .	386
421 – Ônus da prova. . . . .	387
422 – Sistema legal do ônus da prova . . . . .	387
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor . . . . .	388
423 – Convenção sobre ônus da prova . . . . .	389
424 – Meios de prova . . . . .	389
424-a – Prova por presunção . . . . .	390
425 – Procedimento probatório . . . . .	391
426 – Instrução através de carta . . . . .	392
427 – Dever de colaboração com a Justiça . . . . .	392

### § 65 – Depoimento Pessoal

428 – Conceito . . . . .	393
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal . . . . .	393
430 – Legitimação para o depoimento . . . . .	394
431 – Objeto do depoimento pessoal. . . . .	394
432 – Procedimento . . . . .	394

### § 66 – Confissão

433 – Conceito. . . . .	396
434 – Requisitos da confissão . . . . .	396
435 – Classificações . . . . .	397
436 – Efeitos da confissão. . . . .	397
437 – Indivisibilidade da confissão . . . . .	398
438 – Valor da confissão extrajudicial . . . . .	399

### § 67 – Exibição de Documento ou Coisa

439 – Conceito . . . . .	400
440 – Oportunidade da medida. . . . .	400
441 – Legitimação . . . . .	400
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte. . . . .	401
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro . . . . .	402

### § 68 – Prova Documental

444 – Conceito. . . . .	407
445 – Força probante dos documentos . . . . .	408

446 – Documentos públicos . . . . .	408
447 – Documentos particulares . . . . .	410
448 – Valor probante do documento particular . . . . .	411
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos . . . . .	412
450 – Livros comerciais . . . . .	413
451 – Reprodução de documentos particulares . . . . .	413
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos . . . . .	414
453 – Documentos viciados em sua forma . . . . .	415
454 – Falsidade documental . . . . .	415
455 – Espécies de falsidade . . . . .	416
456 – Ônus da prova . . . . .	417
457 – O incidente de falsidade . . . . .	418
458 – Procedimento do incidente de falsidade . . . . .	418
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade . . . . .	420
459 – Produção da prova documental . . . . .	420
460 – Desentranhamento de documentos . . . . .	422
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito . . . . .	424
462 – Valor probante das testemunhas . . . . .	425
463 – Direitos e deveres da testemunha . . . . .	427
464 – A produção da prova testemunhal . . . . .	429
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) . . . . .	433
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito . . . . .	434
466 – Admissibilidade da perícia . . . . .	435
467 – O perito . . . . .	436
468 – O procedimento da prova pericial . . . . .	437
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico . . . . .	440
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial . . . . .	440
469 – Valor probante da perícia . . . . .	440
470 – Nova perícia . . . . .	441
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito . . . . .	443
472 – Procedimento . . . . .	443
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência . . . . .	445
474 – Características da audiência . . . . .	445
475 – Atos preparatórios . . . . .	447
476 – Adiamento da audiência . . . . .	447
477 – Antecipação de audiência . . . . .	449
478 – Conciliação . . . . .	449
479 – Procedimento da conciliação . . . . .	451
480 – Instrução e julgamento . . . . .	451
481 – Documentação da audiência . . . . .	453
Capítulo XIX – Fase Decisória	
§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo . . . . .	455
483 – Conteúdo e finalidade do processo . . . . .	456

## § 74 – Sentença

484 – Definição legal e classificação doutrinária. . . . .	457
485 – Natureza da sentença definitiva . . . . .	458
486 – Função da sentença definitiva . . . . .	459
486-a – Função da sentença terminativa . . . . .	460

## § 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença

487 – Conteúdo da sentença . . . . .	461
488 – Relatório. . . . .	461
489 – Motivação . . . . .	462
490 – Dispositivo da sentença . . . . .	463
491 – Condições formais da sentença . . . . .	463
492 – Clareza . . . . .	464
493 – Precisão . . . . .	464
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer. . . . .	465
493-a-I – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa . . . . .	467
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência . . . . .	468
494 – Publicação e intimação da sentença. . . . .	468
495 – Efeitos da publicação . . . . .	469
496 – Correção e integração da sentença . . . . .	470
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i> . . . . .	470
496-b – Interpretação da sentença. . . . .	472

## § 76 – Classificação das Sentenças

497 – Classificações . . . . .	474
498 – Sentenças declaratórias . . . . .	475
499 – Sentenças condenatórias . . . . .	475
500 – Sentença constitutiva . . . . .	476
501 – Momento de eficácia da sentença. . . . .	476
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença. . . . .	477

## § 77 – Efeitos da Sentença

503 – Conceito. . . . .	478
504 – Entrega da prestação jurisdicional . . . . .	478
505 – Hipoteca judiciária . . . . .	479
506 – Outros efeitos secundários da sentença. . . . .	479

## § 78 – Coisa Julgada

507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código . . . . .	481
507-a – Coisa julgada administrativa . . . . .	482
508 – Coisa julgada formal e material. . . . .	482
508-a – Terminologia do julgamento de mérito. . . . .	484
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada . . . . .	485
510 – Arguição da coisa julgada. . . . .	486
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada . . . . .	486
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada . . . . .	487
511 – Preclusão . . . . .	488

## § 79 – Limites da Coisa Julgada

512 – Limites objetivos . . . . .	491
513 – Motivos da sentença . . . . .	492
514 – Verdade dos fatos . . . . .	494
515 – Questões prejudiciais . . . . .	494

516 – Questões implicitamente resolvidas . . . . .	495
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário) . . . . .	496
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário . . . . .	498
518 – Limites subjetivos. . . . .	499
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas. . . . .	500
519 – Causas de estado . . . . .	503
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos . . . . .	503
520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso. . . . .	503
521 – Execução forçada e coisa julgada. . . . .	505

## Parte VII – RECURSOS

### Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

#### § 80 – Recursos

522 – Conceito. . . . .	509
523 – Fundamento do direito de recurso . . . . .	510
524 – Atos sujeitos a recurso . . . . .	510
525 – Recursos admissíveis . . . . .	511
526 – Correição parcial . . . . .	512
526-a – A técnica de julgamento dos recursos . . . . .	513
526-b – <i>Reformatio in pejus</i> . . . . .	513

#### § 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição . . . . .	514
528 – Legitimação para recorrer. . . . .	514
528-a – Particularidades do recurso de terceiro . . . . .	515
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer . . . . .	516
530 – Pressupostos objetivos do recurso . . . . .	516
531 – Recorribilidade da decisão . . . . .	516
532 – Tempestividade . . . . .	516
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado. . . . .	518
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso . . . . .	519
534 – Singularidade do recurso . . . . .	520
535 – Adequação do recurso . . . . .	520
536 – Preparo . . . . .	521
537 – Motivação e forma . . . . .	521
537-a – Efeitos do recurso. . . . .	522
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos. . . . .	522
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença. . . . .	523
540 – Recurso adesivo. . . . .	524
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau. . . . .	524
540-a-1 – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo posterior à sentença. . . . .	526
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator . . . . .	526

#### § 82 – A Apelação

541 – Conceito. . . . .	528
542 – Interposição da apelação . . . . .	529
543 – Efeitos da apelação . . . . .	530
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação. . . . .	533
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito . . . . .	533
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515 . . . . .	534
543-a-3 – Prescrição e decadência. . . . .	536



543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação . . . . .	536
544 – Recebimento da apelação . . . . .	537
545 – Deserção . . . . .	538
546 – Prazo para interposição da apelação . . . . .	539
547 – Julgamento em segunda instância . . . . .	539
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito. . . . .	541
549 – Espécies de agravo . . . . .	542
550 – Agravo retido . . . . .	542
550-bis – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do agravo retido . . . . .	544
550-a – Agravo posterior à apelação . . . . .	544
550-b – Agravo retido no procedimento sumário . . . . .	545
551 – Agravo de instrumento . . . . .	545
552 – Efeitos do agravo de instrumento . . . . .	546
553 – Processamento do agravo de instrumento . . . . .	547
553-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do processamento do agravo de instrumento . . . . .	549
554 – O contraditório . . . . .	550
554-a – Outras observações sobre o novo regime do agravo de instrumento . . . . .	551
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo . . . . .	552
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito. . . . .	554
556 – Processamento . . . . .	556
557 – Embargos adesivos . . . . .	556
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes . . . . .	557
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes . . . . .	557
557-c – Legitimação para embargar. . . . .	558
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito. . . . .	560
559 – Pressupostos dos embargos de declaração . . . . .	560
560 – Procedimento . . . . .	561
561 – Efeito interruptivo . . . . .	561
561-a – Efeito suspensivo . . . . .	562
562 – Embargos manifestamente protelatórios . . . . .	562
§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista. . . . .	565
564 – Uniformização da jurisprudência . . . . .	565
565 – Pressupostos do incidente. . . . .	565
566 – Legitimação para a provocação do incidente . . . . .	566
567 – Apreciação do incidente . . . . .	566
568 – Súmula jurisprudencial . . . . .	567
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Inrôito . . . . .	569
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal . . . . .	570
571 – Recurso extraordinário . . . . .	570
572 – Pressupostos do recurso extraordinário. . . . .	571
573 – Função do recurso extraordinário. . . . .	572
574 – Efeitos do recurso extraordinário . . . . .	572
575 – Processamento do recurso extraordinário. . . . .	573

575-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o processamento do recurso extraordinário e do recurso especial . . . . .	574
575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544 . . . . .	574
576 – Poderes do Relator . . . . .	575
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça . . . . .	576
576-b – Recurso especial . . . . .	576
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial . . . . .	580
576-d – Relevância da questão federal . . . . .	581
576-d-1 – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça . . . . .	581
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça . . . . .	582
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal . . . . .	583
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ. . . . .	584
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido . . . . .	585
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código . . . . .	589
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos . . . . .	589

## Parte VIII – O PROCESSO NOS TRIBUNAIS

### Capítulo XXI – Noções Gerais

#### § 89 – O Processo nos Tribunais

579 – Duplo grau de jurisdição . . . . .	593
580 – Competência dos tribunais . . . . .	593
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais . . . . .	594
582 – Casos de competência originária dos tribunais . . . . .	594
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil. . . . .	596
584 – O funcionamento dos tribunais . . . . .	597
585 – O sistema de julgamento dos tribunais . . . . .	598
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais . . . . .	599

#### § 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

586 – A eficácia da sentença estrangeira . . . . .	602
587 – O sistema nacional . . . . .	602
588 – A homologação da sentença estrangeira . . . . .	603
589 – Natureza da decisão homologatória. . . . .	603
590 – O procedimento . . . . .	604
591 – A execução . . . . .	605

#### § 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro. . . . .	606
593 – Regulamentação legal. . . . .	606
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais . . . . .	607
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade . . . . .	607
596 – Iniciativa de arguição . . . . .	607
597 – Momento da arguição. . . . .	608
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente . . . . .	608
599 – O julgamento da arguição. . . . .	608

## § 92 – Ação Rescisória

600 – Conceito. . . . .	611
601 – Pressupostos . . . . .	613
602 – Casos de admissibilidade da rescisória . . . . .	615
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I). . . . .	616
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II) . . . . .	616
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III) . . . . .	617
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III) . . . . .	618
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV) . . . . .	618
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V) . . . . .	618
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI) . . . . .	619
610 – Documento novo (art. 485, VII) . . . . .	620
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII) . . . . .	621
612 – Erro de fato (art. 485, IX). . . . .	621
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória . . . . .	622
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso. . . . .	623
614 – Legitimação. . . . .	624
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> . . . . .	625
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa . . . . .	626
617 – A execução da sentença rescindenda . . . . .	627
618 – Indeferimento da inicial. . . . .	627
619 – Procedimento . . . . .	627
620 – Natureza e conteúdo da decisão. . . . .	628
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé . . . . .	629
621 – Rescisória de rescisória . . . . .	632
622 – Prazo de propositura da ação rescisória. . . . .	632
623 – Sentença nula de pleno direito . . . . .	633
<i>Bibliografia</i> . . . . .	637
<i>Índice Onomástico</i> . . . . .	643
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i> . . . . .	645
<i>Índice dos Fluxogramas</i> . . . . .	663

## ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário .....	V
Apresentação da 41 <sup>a</sup> edição .....	IX
Apresentação da 39 <sup>a</sup> edição .....	XI
Apresentação da 38 <sup>a</sup> edição .....	XIII
Apresentação .....	XV

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença  
Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução .....	6
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo .....	7
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica .....	8
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno .....	10
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i> .....	11
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias .....	11
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro .....	13
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005 .....	13
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i> .....	15
633 – Conclusões .....	17
634 – Direito intertemporal .....	19

§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória

635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados .....	22
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças .....	24
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória .....	25
636-a-1 – Tutela interdital como padrão .....	28
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor .....	28
636-c – Sucumbência .....	29

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias

637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer .....	32
638 – Execução específica e execução substitutiva .....	32

§ 96 – Técnicas Processuais

639 – Tutela específica .....	34
639-a – Tutela substitutiva .....	35
639-b – Medidas de apoio .....	36
639-c – A multa ( <i>astreinte</i> ) .....	36

639-d – Execução da multa .....	38
639-e – Obrigações de não fazer .....	39
639-f – Encerramento do processo .....	39

§ 97 – Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade

640 – Execução das prestações de declaração de vontade .....	41
640-a – Satisfação da contraprestação a cargo do exeqüente .....	42
640-b – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade .....	43
640-c – Natureza jurídica da sentença .....	43

Capítulo XXIV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa

§ 98 – Noções Introdutórias

641 – Noção de obrigação de dar ( <i>entrega de coisa</i> ) .....	46
641-a – Execução específica e execução substitutiva .....	46

§ 99 – Técnica Processual

642 – Procedimento pós-sentença .....	48
643 – Tutela substitutiva .....	48
644 – Multa e outras medidas de apoio .....	49
645 – Obrigação genérica .....	49
646 – Retenção por benfeitorias .....	49

Capítulo XXV – Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa

§ 100 – Noções Introdutórias

647 – Noção de obrigação por quantia certa .....	52
648 – Execução por quantia certa fundada em sentença .....	52
649 – Multa legal .....	53

§ 101 – Técnica Processual

650 – Requerimento do credor .....	55
651 – O procedimento executivo .....	55

§ 102 – Defesa do Devedor

652 – Impugnação do executado .....	58
653 – Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença .....	58
654 – Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz .....	63
655 – Regra especial para a impugnação ao excesso de execução .....	64
656 – Procedimento da impugnação .....	64
657 – Efeito da impugnação .....	64
658 – Instrução probatória .....	64
659 – Julgamento da impugnação .....	65

Capítulo XXVI – Os Títulos Judiciais Executivos

§ 103 – Enumeração Legal

660 – Noções introdutórias .....	68
660-a – Medidas preparatórias .....	69
660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira .....	69
660-c – Encerramento da execução de sentença .....	69

§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil .....	72
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória .....	74
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito .....	76
664 – Pensionamento em salários mínimos .....	78
665 – Sentença penal condenatória .....	78
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação .....	79
667 – Homologação de acordo extrajudicial .....	80
668 – Sentença arbitral .....	80
669 – Sentença estrangeira .....	81
670 – O formal de partilha .....	82
§ 105 – Particularidades de Alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas .....	84
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo .....	84
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo .....	85
673 – Julgamento fracionado da lide .....	86
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias .....	89
675 – Fundamentos da execução provisória .....	89
676 – Execução de título extrajudicial embargada .....	89
677 – Situação do tema no Código .....	90
678 – Normas básicas da execução provisória .....	91
678-a – Incidentes da execução provisória .....	93
678-b – Processamento da execução provisória .....	94
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença .....	96
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença .....	96
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa .....	97
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral .....	97
679-d – Competência para execução civil da sentença penal .....	97
679-e – Competência internacional .....	98

## Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido

§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida .....	100
681 – Execução da sentença ilíquida .....	100
681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais .....	101
682 – Casos de iliquidez da sentença .....	101
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença .....	102
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios .....	103
682-c – Limites da liquidação .....	104
682-d – Contraditório .....	104
682-e – Liquez parcial da sentença .....	104
682-f – Liquidação por iniciativa do vencido .....	105
682-g – Recursos .....	105
682-h – Liquidação frustrada .....	106
§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis .....	109
683-a – Liquidação por cálculo .....	109

683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos .....	110
683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva.....	110
683-d – Liquidação por arbitramento .....	111
683-e – Liquidação por artigos .....	112
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação .....	113
683-g – Rescisão da decisão liquidatória .....	114
683-h – Direito intertemporal .....	115

## Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

### Capítulo XXVIII – Processo de Execução

#### § 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada

684 – Vias de execução .....	122
685 – O processo judicial .....	122
686 – Processo de conhecimento e processo de execução .....	122
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento .....	123
686-b – Visão unitária da jurisdição .....	124
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada .....	125
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada .....	125
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos .....	126
686-f – Meios de execução .....	127
686-g – Autonomia do processo de execução .....	127
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução .....	129
686-i – Novos rumos da execução de sentença .....	129
686-j – A reforma da execução do título extrajudicial .....	130
686-l – Direito intertemporal .....	132

#### § 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva

687 – Princípios informativos do processo de execução .....	135
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real .....	135
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor .....	136
687-c – Princípio da utilidade da execução .....	136
687-d – Princípio da economia da execução .....	136
687-e – Princípio da especificidade da execução .....	136
687-f – Princípio dos ônus da execução .....	137
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana .....	138
687-h – Princípio da disponibilidade da execução .....	138
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo .....	139

#### § 112 – Formas de Execução e Atos de Execução

688 – As várias formas de execução .....	142
688-a – Execução singular e execução coletiva .....	142
689 – Atos de execução .....	142
690 – Relação processual executiva .....	144
691 – A citação executiva .....	145

#### § 113 – Execução Provisória e Definitiva

692 – Procedimento da execução forçada .....	147
692-a – Observações sobre a petição inicial .....	147
692-b – Execução provisória de título extrajudicial .....	148

§ 114 – Disposições Gerais	
693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento .....	151
694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça .....	151

#### Capítulo XXIX – Requisitos para realizar qualquer execução

§ 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada	
695 – Pressupostos processuais e condições da ação .....	154
696 – O título executivo .....	154
696-a – Função do título executivo .....	155
696-b – Efeito prático do título executivo .....	156
696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível .....	156
696-d – Formas dos títulos executivos .....	158
697 – O inadimplemento do devedor .....	158
697-a – O inadimplemento em contrato bilateral .....	160

#### Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

§ 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
698 – Elementos do processo executivo .....	164

#### Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

§ 117 – Partes. Legitimação Ativa	
699 – Nomenclatura .....	166
700 – Legitimação ativa .....	166
701 – Legitimação ativa originária do credor .....	166
702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público .....	167
703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente .....	167
704 – Espólio .....	168
705 – Herdeiros e sucessores .....	169
706 – Cessionário .....	169
707 – Sub-rogado .....	170
708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante .....	171
709 – Terceiros interessados .....	171

§ 118 – Legitimação Passiva	
710 – Legitimação passiva .....	173
711 – Dívida e responsabilidade .....	173
712 – O devedor .....	174
713 – Espólio e sucessores .....	175
714 – O novo devedor .....	176
715 – Fiador judicial .....	177
715-a – Fiador extrajudicial .....	177
716 – Responsável tributário .....	179
717 – Revelia do devedor e curador especial .....	181

§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
718 – Litisconsórcio .....	184
719 – Assistência .....	184
720 – Denúnciação da lide .....	185
721 – Chamamento ao processo .....	186



§ 120 – Processo Cumulativo	
722 – Cumulação de execuções .....	189
722-a – Cúmulo subjetivo .....	190

### Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

§ 121 – O Órgão Judicial	
723 – Juízo competente para a execução .....	192
723-a – Execução de sentença .....	192
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais .....	193
723-c – Competência para a execução fiscal .....	193
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro .....	194
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos .....	194

### Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 122 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exeqüíveis .....	196
724-a – Resquícios da execução pessoal .....	196
§ 123 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade .....	198
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor .....	199
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução .....	199
728 – Responsabilidade executiva secundária .....	200
729 – Excussão de bens do sucessor singular .....	200
730 – Excussão de bens do sócio .....	202
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica .....	203
732 – Bens do devedor em poder de terceiros .....	203
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação .....	204
734 – Bens alienados em fraude de execução .....	204
735 – Casos de fraude de execução .....	206
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor .....	207
736-a – A posição do terceiro adquirente em face da execução .....	209
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção .....	210
738 – Excussão de bens do fiador .....	211
739 – Bens de espólio .....	211

### Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva .....	214
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança .....	214
§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação .....	217
743 – Títulos cambiários e cambiariformes .....	217
744 – Duplicata .....	218
745 – Responsáveis cambiários .....	218
746 – Documento público ou particular .....	219
747 – Confissões de dívida .....	220
747-a – Contrato de abertura de crédito .....	220
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução .....	222
748-a – Execução hipotecária .....	223

749 – Classificação das garantias .....	225
750 – Seguros .....	226
751 – Rendas imobiliárias .....	226
752 – Encargo de condomínio .....	227
753 – Custas judiciais, emolumentos e honorários .....	227
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública .....	228
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título ...	230
756 – Títulos executivos definidos em outras leis .....	231
757 – Títulos estrangeiros .....	232

### Capítulo XXXV – Disposições Gerais

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil .....	235
759 – Direito de preferência gerado pela penhora .....	235
759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora .....	237
760 – A documentação da petição inicial .....	237
761 – Outras providências a cargo do credor .....	238
762 – Obrigações alternativas .....	238
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto .....	238
764 – Medidas acautelatórias .....	238
764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público .....	239
764-b – Efeito da averbação .....	239
764-c – Abuso do direito de averbação .....	240
765 – Dívida sujeita à contraprestação .....	240
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída .....	241
767 – Execução e prescrição .....	241
768 – Nulidades no processo de execução .....	242
769 – Imperfeição do título executivo .....	242
770 – Falta de título executivo .....	243
771 – Nulidade da execução fiscal .....	243
772 – Vício da citação .....	244
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo .....	245
774 – A arguição das nulidades .....	245
775 – A arrematação de bem gravado com direito real .....	246
775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor .....	247
776 – Execução realizável por vários meios .....	247
776-a – Peculiaridades da citação executiva .....	248

### Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito .....	252
778 – Entrega de coisa certa .....	252
779 – Procedimento .....	253
779-a – Cominação de multa diária .....	254
780 – Efeito dos embargos .....	255
781 – Alienação da coisa devida .....	255
782 – Execução da obrigação substitutiva .....	256
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção .....	256
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> .....	257
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02) .....	258

784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa .....	258
784-c – Embargos de retenção .....	259
785 – Execução para entrega de coisa incerta .....	259
786 – Medidas de coerção e apoio .....	260

### Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato .....	264
788 – Fungibilidade das prestações .....	264
789 – <i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação .....	265
790 – Distinções preliminares .....	266
791 – Princípios comuns .....	267
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444 .....	267
793 – Execução das prestações fungíveis .....	268
794 – Realização da prestação fungível por terceiro .....	268
795 – Inadimplência do terceiro contratante .....	270
796 – Realização da prestação pelo próprio credor .....	270
796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 634 do CPC .....	271
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil .....	272
798 – Execução das prestações infungíveis .....	272
799 – Execução das obrigações de não fazer .....	273
800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias .....	273

### Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa .....	280
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados .....	280
803 – Espécies .....	281

### Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente .....	284
805 – Proposição .....	284
805-a – Procedimento da penhora e avaliação .....	285
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado .....	286
806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial .....	287
806-b – Redução da verba honorária .....	289

### Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

§ 131 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa .....	292
808 – Natureza jurídica da penhora .....	292
809 – Função da penhora .....	294
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros .....	295
811 – Penhora de imóvel .....	297
812 – Averbação da penhora no registro imobiliário .....	299

812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução .....	300
§ 132 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis .....	303
814 – Bens absolutamente impenhoráveis .....	304
814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade .....	308
814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família .....	309
814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal .....	310
815 – Bens relativamente impenhoráveis .....	310
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil .....	311
817 – Limites da penhora .....	314
817-a – Valor dos bens penhoráveis .....	314
818 – Escolha dos bens a penhorar .....	315
819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar .....	315
820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes .....	316
820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor .....	317
820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar .....	317
820-c – Situação dos bens a penhorar .....	318
821 – Bens fora da comarca .....	318
§ 133 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora oficial de justiça .....	321
822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro .....	321
822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar .....	322
822-c – Frustração da diligência .....	322
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial .....	322
824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão .....	323
825 – Intimação de penhora .....	323
§134 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens .....	326
826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira .....	326
826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário .....	327
826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada .....	327
826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento .....	328
826-e – Penhora <i>on line</i> e preservação do capital de giro da empresa .....	328
826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor .....	329
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais .....	329
828 – Penhora de direitos e ações .....	330
829 – Penhora sobre créditos do executado .....	330
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado .....	331
831 – Penhora no rosto dos autos .....	332
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas .....	332
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos .....	332
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público .....	333
835 – Penhora de navio ou aeronave .....	334
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens .....	334
§ 135 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora .....	336
837-a – Substituição da penhora .....	336
837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes .....	337
837-c – Substituição por iniciativa do executado .....	338

837-d – Ausência de prejuízo para o exequente na substituição .....	339
837-e – Menor onerosidade para o executado .....	339
837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro .....	339
838 – Remição da execução por quantia certa .....	340

#### § 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados

839 – Depósito dos bens penhorados .....	342
840 – Escolha do depositário .....	342
840-a – Depósito dos bens imóveis .....	342
840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira .....	343
840-c – Depósito em caso de penhora sobre jóias, pedras e objetos preciosos .....	343
841 – Função do depositário .....	343
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados .....	344
843 – Depositário comum e depositário administrador .....	344
844 – Responsabilidade do depositário .....	345
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva .....	345
846 – Prisão civil do depositário judicial .....	346

### Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

#### § 137 – Expropriação

847 – Conceito .....	348
848 – Avaliação .....	349
848-a – O encarregado da avaliação .....	349
848-b – Laudo de avaliação .....	350
848-c – Dispensa da avaliação .....	350
848-d – Avaliação de bem imóvel .....	351
848-e – Avaliação e contraditório .....	351
848-f – Repetição da avaliação .....	352
848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva .....	353

#### § 138 – Adjudicação

849 – Introdução .....	356
850 – Conceito de adjudicação .....	356
851 – Requisitos da adjudicação .....	357
851-a – Depósito do preço .....	357
851-b – Legitimação para adjudicar .....	358
851-c – Adjudicação por credor .....	359
851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado .....	359
851-e – Prazo para a adjudicação .....	360
852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação .....	360
853 – Auto de adjudicação .....	361
853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação .....	362
853-b – Carta de adjudicação .....	362

#### § 139 – Alienação por iniciativa particular

854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular .....	364
855 – Formalização da alienação por iniciativa particular .....	365
856 – Carta de alienação .....	365

#### § 140 – Alienação em hasta pública

857 – Conceito de hasta pública e arrematação .....	368
858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais .....	368

859 – Leilão e praça .....	369
860 – Editais e outras divulgações da hasta pública .....	370
861 – Intimação do devedor .....	371
861-a – Outras intimações .....	371
862 – Adiamento da hasta pública .....	373
863 – A hasta pública .....	373
864 – Legitimação para arrematar .....	374
865 – Forma de pagamento da arrematação .....	375
866 – Auto de arrematação .....	375
867 – Arrematação de imóveis .....	376
867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo .....	377
867-b – Requisitos mínimos da proposta .....	378
867-c – O cumprimento das prestações .....	378
868 – Perda de eficácia da arrematação .....	378
869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação .....	382
870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor .....	382
871 – Carta de arrematação .....	383
872 – Efeitos da arrematação .....	385
873 – Eviscção e arrematação .....	385
874 – Vícios redibitórios .....	387
875 – Ação anulatória da arrematação .....	387
876 – Remição dos bens arrematados .....	388

## Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 141 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor .....	390
877-a – Última etapa do processo de execução .....	391
§ 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro .....	393
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução .....	393
880 – Procedimento do concurso particular .....	394
§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado	
881 – Usufruto de móvel ou imóvel .....	397
882 – Efeitos do usufruto judicial .....	399

## Capítulo XLIII – Execução Contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública .....	404
883-a – Julgamento .....	405
884 – Exceções ao regime dos precatórios .....	406
885 – Execução por quantia certa fundada em sentença .....	407
886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta .....	407
887 – Execução provisória .....	408
888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários .....	408
888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar .....	410
889 – Execução de obrigação de dar .....	411
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública .....	411

## Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia .....	416
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005) .....	416
892 – Averbação em folha de pagamento .....	416
893 – Prisão civil do devedor .....	417
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos .....	418
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733) .....	419
895-a – Execução provisória .....	419

## Parte XI – Oposição à Execução Forçada

## Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução .....	425
896-a – Outros meios impugnativos .....	425
896-b – Embargos e impugnação .....	427
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução .....	429
897-a – Classificação dos embargos do devedor .....	430
898 – Legitimação .....	430
898-a – Autonomia dos embargos de cada co-executado .....	431
899 – Competência .....	432
900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos .....	433
900-a – Segurança do juízo .....	435
900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor .....	436
900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar .....	437
901 – Rejeição liminar dos embargos .....	437
902 – Procedimento .....	440
903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios .....	441
903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé .....	442
904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado .....	443
905 – Efeitos dos embargos sobre a execução .....	445
905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos .....	445
905-b – Embargos parciais .....	446
905-c – Embargos de um dos co-executados .....	446
906 – Embargos fundados em excesso de execução .....	447
907 – Embargos à execução de sentença .....	447
908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento .....	448
909 – Embargos de retenção por benfeitorias .....	448
910 – Embargos à execução de título extrajudicial .....	449
910-a – Arguição de nulidade da execução .....	450
910-b – Vícios da penhora e da avaliação .....	451
910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	452
910-d – Retenção por benfeitorias .....	453
910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento .....	453
911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução .....	454
911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação .....	455
911-b – Legitimação para os embargos do art. 746 .....	456
911-c – Objeto dos embargos do art. 746 .....	456
911-d – A posição especial do arrematante .....	457

911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746 .....	457
911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados .....	458
911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746 .....	458
912 – Exceção de pré-executividade .....	459
912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade .....	460

#### § 147 – Parcelamento forçado do crédito exequendo

913 – Moratória legal .....	464
913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento .....	464
913-b – Procedimento do incidente .....	465
913-c – Indeferimento do parcelamento .....	465
913-d – Descumprimento do parcelamento .....	466

#### § 148 – Embargos de Terceiro

914 – Conceito .....	468
915 – Legitimação ativa .....	468
916 – Legitimação passiva .....	469
917 – Valor da causa .....	469
918 – Competência .....	470
919 – Oportunidade .....	470
920 – Julgamento e recurso .....	470
921 – Procedimento .....	470
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real .....	471
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro .....	471

### Parte XII – Insolvência Civil

#### Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

##### § 149 – Execução Concursal

924 – Execução coletiva e execução singular .....	476
925 – Pressupostos da execução coletiva .....	477
926 – Efeitos da declaração de insolvência .....	478
927 – Características da execução coletiva .....	479
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil .....	480

##### § 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência

929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo .....	482
930 – Caracterização da insolvência .....	483

##### § 151 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo

931 – Legitimação .....	486
932 – Insolvência requerida pelo credor .....	487
933 – Caráter facultativo da ação concursal .....	487
934 – Insolvência de cônjuges .....	488
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor .....	488

##### § 152 – Procedimentos da Execução Coletiva

936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor .....	491
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio .....	492

##### § 153 – Competência para a Execução Concursal

938 – Competência .....	496
-------------------------	-----



§ 154 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência .....	498
§ 155 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa .....	501
941 – Atribuições do administrador .....	502
§ 156 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos .....	504
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo .....	505
944 – Quadro geral de credores .....	505
§ 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores .....	508
946 – Encerramento e suspensão do processo .....	508
947 – Saldo devedor .....	509
948 – Extinção das obrigações .....	510
§ 158 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil .....	513
950 – Pensão para o devedor .....	513
951 – Insolvência de pessoas jurídicas .....	514
951-a – Editais .....	514

### Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

#### Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 159 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução .....	522
953 – Casos de suspensão .....	522
954 – Suspensão provocada por embargos .....	523
955 – Suspensão prevista no art. 265, n <sup>o</sup> I a III .....	523
955-a – Suspensão por transação .....	523
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis .....	524
957 – Efeitos da suspensão .....	525
958 – Extinção da execução .....	525
959 – Extinção por satisfação do direito do credor .....	525
960 – Extinção por remissão da dívida .....	526
961 – Extinção por renúncia .....	526
962 – Outros casos de extinção da execução .....	526
963 – Sentença de extinção .....	527
964 – Coisa julgada .....	527
§ 160 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução .....	530
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes .....	530
967 – Casos de cabimento da apelação .....	531
968 – Casos de agravo de instrumento .....	531
969 – Efeitos dos recursos .....	531
969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação .....	532
970 – Causas de alçada .....	532

## Parte XIV – Processo Cautelar

## Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo .....	538
972 – Processo principal e processo cautelar .....	539
973 – A ação cautelar .....	539
974 – Medidas cautelares .....	540
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade .....	541
976 – Provisoriedade .....	541
977 – Revogabilidade .....	542
978 – Autonomia .....	543
979 – Classificação das medidas cautelares .....	543
980 – Classificação do direito positivo .....	544
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil .....	545
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas .....	546
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória .....	546
§ 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar .....	549
984 – O <i>fumus boni iuris</i> .....	549
985 – <i>Periculum in mora</i> .....	550
986 – Oportunidade da providência cautelar .....	551
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i> .....	551
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i> .....	552
§ 163 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas .....	555
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica .....	555
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas .....	556
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas .....	556
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica .....	557
994 – Opção entre medida típica e medida atípica .....	558
995 – Aplicação prática de medidas atípicas .....	558
996 – Limites do poder geral de cautela .....	559

## Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade .....	564
998 – Competência .....	564
999 – Competência e prevenção do juízo .....	565
1.000 – Competência cautelar em grau recursal .....	566
1.000-a – Intervenção de terceiros .....	567
§ 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar .....	570
1.002 – Provas .....	570
1.003 – Instrução do processo cautelar .....	570
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar .....	571

## Capítulo L – Procedimento

§ 166 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar .....	574
1.006 – Procedimentos cautelares .....	575
1.007 – Autuação própria .....	575
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares .....	575
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual .....	576
§ 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial .....	579
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária .....	579
1.012 – Lide e seu fundamento .....	580
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão .....	580
1.014 – Provas a produzir .....	581
1.015 – O pedido .....	582
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido .....	582
§ 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido .....	585
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção .....	585
1.019 – Revelia .....	586
1.020 – Audiência de instrução e julgamento .....	586
§ 169 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i> .....	588
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar .....	589
1.023 – Contracautela .....	589

## Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 170 – Sentença Cautelar	
1.024 – Julgamento da pretensão cautelar .....	592
1.025 – Coisa julgada .....	592
1.026 – Limites da sentença .....	593
1.027 – Fundamentação .....	593
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios .....	593
§ 171 – Execução das Medidas Cautelares	
1.029 – Execução em matéria cautelar .....	597
1.030 – Figura unitária do processo cautelar .....	597
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução .....	598
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar .....	598

## Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 172 – Fungibilidade	
1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares .....	602
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar ..	602
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva .....	602
1.036 – Procedimento .....	603
§ 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo	
1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar .....	605

1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal .....	605
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal .....	605
1.040 – Conclusão .....	606
1.041 – Suspensão do processo .....	607
§ 174 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar .....	609
1.043 – Processamento da extinção .....	609
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia .....	609
§ 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade .....	612
1.046 – Procedimento .....	612
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar .....	613
Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar	
§ 176 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação .....	616
1.049 – Agravo .....	616
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial .....	616
Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar	
§ 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente .....	620
1.052 – Liquidação e execução da indenização .....	620
Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos	
§ 178 – Arresto	
1.053 – Conceito .....	624
1.054 – Arresto e seqüestro .....	624
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto .....	625
1.056 – Prova de dívida líquida e certa .....	625
1.057 – Fundado receio de dano .....	625
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto .....	626
1.059 – Prova documental .....	626
1.060 – Justificação prévia .....	626
1.061 – Caução .....	627
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente .....	628
1.063 – Bens arrestáveis .....	628
1.064 – Legitimação para a ação de arresto .....	629
1.065 – Competência .....	629
1.066 – Procedimento .....	630
1.067 – Execução do arresto .....	630
1.068 – Depositário .....	631
1.069 – Suspensão da execução do arresto .....	631
1.070 – Efeitos do arresto .....	632
1.071 – Extinção do arresto .....	632
§ 179 – Seqüestro	
1.072 – Conceito .....	636
1.073 – Ação de seqüestro .....	636

1.074 – Procedimento .....	637
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro .....	637
1.076 – Cabimento do seqüestro .....	637
1.077 – Objeto do seqüestro .....	637
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro .....	638
1.079 – Casuísmo legal .....	638
1.080 – Receio de rixas e danificações .....	639
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando .....	640
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais .....	640
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro .....	641
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro .....	641
§ 180 – Caução	
1.085 – Conceito .....	645
1.086 – Classificação .....	645
1.087 – Cauções legais .....	645
1.088 – Cauções negociais .....	646
1.089 – Caução processual .....	646
1.090 – A ação de caução .....	646
1.091 – Objeto da caução .....	647
1.092 – Legitimação e competência .....	647
1.093 – Procedimento .....	647
1.094 – Cauções tipicamente cautelares .....	648
1.095 – Execução da sentença .....	649
1.096 – Caução às custas .....	649
1.097 – Reforço da caução .....	650
§ 181 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito .....	653
1.099 – Classificação .....	653
1.100 – Pressupostos .....	654
1.101 – Objeto .....	654
1.102 – Competência .....	654
1.103 – Procedimento .....	654
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais .....	655
§ 182 – Exibição	
1.105 – Conceito .....	658
1.106 – Ação de exibição .....	658
1.107 – Classificação .....	658
1.108 – Exibição incidental .....	659
1.109 – Ação cautelar exibitória .....	659
1.110 – Exibição de coisas móveis .....	660
1.111 – Exibição de documentos .....	660
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial .....	661
1.113 – Procedimento da ação exibitória contra parte .....	662
1.114 – Procedimento da ação exibitória contra terceiro .....	664
1.115 – Eficácia da exibição .....	664
1.116 – Prevenção de competência .....	665
1.117 – Ação exibitória e medida liminar .....	665
§ 183 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova .....	669
1.119 – Ação cautelar antecipatória .....	669

1.120 – Cabimento .....	669
1.121 – Oportunidade .....	671
1.122 – Objeto da antecipação de prova .....	671
1.123 – Competência .....	671
1.124 – Procedimento .....	672
1.125 – Sentença .....	673
1.126 – Valoração da prova antecipada .....	673
1.127 – Eficácia .....	673
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i> .....	674
1.129 – Despesas processuais .....	674
1.130 – Destino dos autos .....	674
§ 184 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos .....	677
1.132 – Alimentos provisionais .....	677
1.133 – Cabimento e oportunidade .....	678
1.134 – Legitimação .....	679
1.135 – Competência .....	679
1.136 – Procedimento .....	679
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais .....	680
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais .....	681
1.139 – Outras ações de cunho alimentar .....	681
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos .....	682
1.141 – Execução .....	682
§ 185 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito .....	686
1.143 – Pressupostos .....	686
1.144 – Objetivo da medida .....	687
1.145 – Legitimação .....	687
1.146 – Procedimento .....	687
1.147 – O contraditório .....	688
1.148 – Sentença .....	689
1.149 – Eficácia .....	689
§ 186 – Justificação	
1.150 – Conceito .....	692
1.151 – Natureza jurídica .....	692
1.152 – Objetivo .....	692
1.153 – Competência .....	693
1.154 – Procedimento .....	693
1.155 – Julgamento da justificação .....	694
§ 187 – Protestos, Notificações e Interpeleções	
1.156 – Conceito .....	697
1.157 – Protesto .....	697
1.158 – Notificação .....	698
1.159 – Interpeleção .....	698
1.160 – Indeferimento do pedido .....	698
1.161 – Contraprotesto .....	699
1.162 – Procedimento .....	700
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos .....	701

§ 188 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação .....	704
1.165 – Natureza jurídica da medida processual .....	704
1.166 – Procedimento .....	705
1.167 – Sentença .....	706
1.168 – Execução .....	706
§ 189 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito .....	709
1.170 – Natureza da ação .....	709
1.171 – Legitimação .....	709
1.172 – Procedimento .....	710
1.173 – Sentença .....	711
1.174 – Efeitos .....	711
§ 190 – Atentado	
1.175 – Conceito .....	715
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil .....	715
1.177 – Cabimento .....	715
1.178 – Pressupostos do atentado .....	716
1.179 – Exame do casuísmo legal .....	716
1.180 – Legitimidade .....	717
1.181 – Competência .....	718
1.182 – Procedimento .....	718
1.183 – Sentença .....	719
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo .....	719
1.184-a – Perdas e danos .....	720
§ 191 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário .....	723
1.185-a – Procedimento .....	723
1.185-b – Registro do protesto .....	724
1.185-c – Dúvidas do Oficial .....	724
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor .....	725
§ 192 – Outras Medidas Provisionais	
1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC .....	729
1.186-a – Procedimento .....	729

## Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

### Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 193 – Noções Introdutórias	
1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material .	734
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro .....	735
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade .....	736
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro .....	738
1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência .....	740
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02 .....	741
1.187-f – Conclusão .....	743

§ 194 – Tutela Antecipada	
1.188 – Intróito .....	746
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela ...	748
1.188-b – Justificação da tutela antecipada .....	749
1.188-c – Conceito de tutela antecipada .....	750
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais .....	751
1.188-e – Casos de antecipação de tutela .....	753
1.188-e-1 – Contestação parcial .....	754
1.188-f – Extensão .....	755
1.188-g – Pressupostos .....	755
1.188-h – Outros pressupostos .....	756
1.188-i – Momento ou oportunidade .....	757
1.188-j – Provisoriedade .....	758
1.188-l – Reversibilidade .....	759
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público .....	760
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada .....	760
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada .....	762
1.188-p – Conclusão .....	762
§ 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas	
1.189 – Noção de antecipação de tutela .....	765
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada .....	765
1.189-b – Natureza das providências antecipatórias .....	766
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito ...	768
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório .....	775
1.189-e – Conclusão .....	775
§ 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias	
1.190 – Jurisdição e execução .....	777
1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução .....	778
1.190-b – Medidas cautelares .....	779
1.190-c – Execução das medidas cautelares .....	780
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar .....	781
1.190-e – Tutela antecipatória .....	784
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela .....	785
§ 197 – Necessidade de Não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Intróito .....	788
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela .....	790
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela .....	792
1.191-c – Conclusão .....	794
§ 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil .....	797
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil .....	799
1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias .....	802
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução .....	805
1.192-d – Conclusão .....	807



Bibliografia .....	809
Índice Onomástico .....	825
Índice Alfabético de Assuntos .....	829
Índice dos Fluxogramas .....	865

## SUMÁRIO

<i>Apresentação da 38ª edição</i> .....	VII
<i>Apresentação da 36ª edição</i> .....	IX
<i>Apresentação da 35ª edição</i> .....	XI
<i>Apresentação</i> .....	XIII
 Parte XVI – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA	
Capítulo LVII	
– Procedimentos Especiais .....	1
Capítulo LVIII	
– Ação de Consignação em Pagamento.....	7
Capítulo LIX	
– Ação de Depósito.....	45
Capítulo LX	
– Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador.....	65
Capítulo LXI	
– Ação de Prestação de Contas .....	79
Capítulo LXII	
– Ações Possessórias.....	103
Capítulo LXIII	
– Ação de Nunciação de Obra Nova.....	141
Capítulo LXIV	
– Ação de Usucapião de Terras Particulares.....	155
Capítulo LXV	
– Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares.....	183
Capítulo LXVI	
– Inventário e Partilha .....	217
Capítulo LXVII	
– Embargos de Terceiro .....	273
Capítulo LXVIII	
– Habilitação .....	291
Capítulo LXIX	
– Restauração de Autos .....	297
Capítulo LXX	
– Vendas a Crédito com Reserva de Domínio .....	303
Capítulo LXXI	
– O Juízo Arbitral.....	309
Capítulo LXXII	
– Ação Monitória .....	327

## Parte XVII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

Capítulo LXXIII	
– Jurisdição Voluntária.....	343
Capítulo LXXIV	
– Alienações Judiciais .....	349
Capítulo LXXV	
– Separação Consensual.....	359
Capítulo LXXVI	
– Testamentos e Codicilos.....	369
Capítulo LXXVII	
– Herança Jacente .....	377
Capítulo LXXVIII	
– Bens de Ausente .....	383
Capítulo LXXIX	
– Coisas Vagas .....	389
Capítulo LXXX	
– Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos .....	393
Capítulo LXXXI	
– Organização e Fiscalização das Fundações.....	401
Capítulo LXXXII	
– Especialização da Hipoteca Legal .....	407

## Parte XVIII – JUIZADO ESPECIAL CIVIL

Capítulo LXXXIII	
– As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça .....	411
Capítulo LXXXIV	
– O Juizado Especial Federal.....	439

## Parte XIX – ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DISCIPLINADOS FORA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Capítulo LXXXV	
– Ações Constitucionais .....	455
Capítulo LXXXVI	
– Ações Coletivas.....	479
Capítulo LXXXVII	
– Ações Locatícias.....	493
Capítulo LXXXVIII	
– Ações Decorrentes de <i>Leasing</i> e Alienação Fiduciária.....	527
<i>Bibliografia</i> .....	535
<i>Índice Onomástico</i> .....	545
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i> .....	549
<i>Índice dos Fluxogramas</i> .....	569
<i>Índice da Matéria</i> .....	571